

Processo 3/2013

Relatório

Aos 06 de Agosto de 2013, o Conselho de Disciplina da Federação Equestre Portuguesa, enviou nota de culpa ao cavaleiro, João Miguel Barros, acusando-o em síntese, da prática dos seguintes factos:

I – ACUSAÇÃO:

- 1 - O Arguido inscreveu o cavaleiro Rúben Gomes no CSN-B de Matosinhos, prova organizada sob a jurisdição da Federação Equestre Portuguesa, que se realizou nos dias 08 e 09 de Junho de 2013,
- 2 - A este concurso são aplicáveis todos os Regulamentos da Federação Equestre Portuguesa, nomeadamente, o Regulamento Geral e o Regulamento de Disciplina.
- 3 - O cavaleiro Rúben Gomes participou na prova nº 16, designada de “Grande Prémio”.
- 4 - Na ficha de inscrição preenchida pelo Arguido constava que o cavaleiro Rúben Gomes participaria na referida prova com o cavalo “Pomar du Mesnil”.
- 5 - No decorrer do percurso realizado pelo cavaleiro na prova “Grande Prémio” os membros do júri tiveram dúvidas sobre a identidade do cavalo
- 6 - Pelo que, interpelaram o Arguido para apresentar o passaporte ou o certificado de origem do equídeo.
- 7 - O Arguido não entregou nenhum dos documentos de identificação ao júri, alegando que não os tinha trazido consigo.
- 8 - No sentido esclarecer a dúvida, a Presidente do júri solicitou ao médico veterinário presente no concurso, Dr. João Crespo, a recolha dos elementos necessários para a identificação do cavalo: resenho e leitura do chip.
- 9 - O que foi feito, na presença do proprietário, João Miguel Barros, cavaleiro, Rúben Gomes e Presidente do Júri, Ana Maria Alves.
- 10 - A classificação dos concorrentes no “Grande Prémio” não foi concluída.

*CONSELHO DE DISCIPLINA DA
FEDERAÇÃO ESQUESTRE PORTUGUESA*

11 - Da simples comparação do redesenho do cavalo que participou no “Grande Prémio” com o redesenho do cavalo “Pomar do Mesnil”, é possível concluir que não são o mesmo equídeo.

12 - Uma vez que apresentam pelagem diferente e traços distintivos diferentes, nomeadamente no pescoço (vista inferior), no nariz e no chanfro.

13 - Acresce que, os números do chip do cavalo “Pomar du Mesnil” e do cavalo que participou no “Grande Prémio” são diferentes, 250259700186222 e 981100000378735, respectivamente.

14 - Pelo que, é possível confirmar que o cavalo que participou na prova de “Grande Prémio”, montado pelo cavaleiro Rúben Gomes não foi o cavalo “Pomar du Mesnil”.

15 - O Arguido agiu livre, consciente e deliberadamente, sabendo que não podia inscrever num concurso um cavalo sem passaporte e sem licença (artigo 34º do Regulamento Geral).

16 - Acresce que, o Arguido pretendeu criar a convicção de que estaria a inscrever o cavalo “Pomar du Mesnil”, sabendo que iria participar com outro cavalo.

17 - Omitindo a verdadeira identidade do cavalo com que participava.

18 - E simulou a inscrição na prova “Grande Prémio”.

19 - Com o comportamento acima descrito, o Arguido desprestigiou o desporto equestre.

20 - Os factos apurados indiciam a prática de ilícitos punidos pelo artigo 256º do Código Penal, bem como o desrespeito do Regulamento Geral e de Disciplina, aprovados pela Federação Equestre Portuguesa.

21 - Pelo que, o Arguido deverá ser punido com a aplicação de uma pena, que poderá ir até à pena de multa, prevista nos artigos 8º nº 1, alínea e) e 9º nº 5 do Regulamento de Disciplina.

II – DEFESA

- 1 O **Arguido** apresentou resposta a nota de culpa, mediante envio de carta, recebida na Federação Equestre Portuguesa em 27 de Agosto de 2013.
- 2 Na resposta à nota de culpa o **Arguido** confirma que é proprietário de várias dezenas de cavalos, nomeadamente do “Pomar du Mesnil”.

*CONSELHO DE DISCIPLINA DA
FEDERAÇÃO ESQUESTRE PORTUGUESA*

- 3 Refere que, no dia 09 de Junho de 2013, teve 6 dos seus cavalos a participar numa prova do CSN-B de Matosinhos.
- 4 E que fez a inscrição na prova através do Centro Hípico do Norte, local onde tem praticamente todos os seus cavalos instalados.
- 5 No dia anterior ao concurso, o “Pomar du Mesnil” lesionou-se, pelo que o **Arguido** decidiu substituí-lo por outro cavalo e, por lapso, não comunicou à secretaria da prova a alteração.
- 6 O **Arguido** fundamenta o lapso no facto de ter muitos cavalos e alunos menores a participar em provas, que consumiam toda a sua atenção e que o esqueceram de comunicar a troca da inscrição dos cavalos.
- 7 O **Arguido** acrescenta que, quando se apercebeu do lapso, não permitiu que o cavalo continuasse em prova e comunicou ao Presidente do concurso, João Mota, o sucedido.
- 8 O **Arguido** alega que, o Presidente do Concurso comunicou toda a situação à Presidente do Júri.
- 9 O **Arguido** considera que não casou prejuízos ou danos aos demais participantes na prova e conclui a resposta a nota de culpa referindo que o cavaleiro Rúben Gomes não é responsável pela troca de cavalos.
- 10 O **Arguido** refere não ter antecedentes disciplinares e acrescenta que é cavaleiro federado há cerca de 20 anos, monitor há cerca de 10 anos e organizador de concursos nacionais e internacionais, todos sob a jurisdição da Federação Equestre Portuguesa.
- 11 O **Arguido** requer o arquivamento da acusação disciplinar e arrola testemunhas.

III – INSTRUÇÃO:

1. O **Arguido** arrolou as testemunhas: João António Barros, Bruno Barros e João Vasconcelos Mota, que foram ouvidos pela instrutora do processo disciplinar.
2. **João do Lago de Vasconcelos Mota**, presidente da direcção do Centro Hípico do Porto e Matosinhos e Presidente do CSN-B de Matosinhos de 08 e 09 de Junho de 2013, confirmou a participação dos cavalos de João Miguel Barros, montados por Rúben Pereira Gomes no referido concurso. A inscrição dos cavalos foi feita na plataforma online da FEP, por intermédio da secretaria do Clube Hípico do Norte.

Acrescentou que, dia 09 de Junho, enquanto decorriam as provas, foi abordado pelo **Arguido** que lhe explicou que o cavalo “Pomar du Mesnil”, inscrito na prova, se havia lesionado e que tinha trazido outro em sua substituição e que, por lapso, não tinha comunicado à secretaria da comissão organizadora a alteração. O cavalo foi retirado da competição e toda a situação foi comunicada à Presidente do Júri.

A testemunha está convicta que o cavaleiro desconhecia que o cavalo que montou não estava inscrito.

A testemunha considera que não foram causados prejuízos ou injustiça aos demais concorrentes.

A testemunha concluiu, referindo que o **Arguido** dedica a sua vida ao mundo equestre, que é um motor no desenvolvimento e expansão do desporto no Norte do país, principalmente no distrito de Braga, e que é um excelente monitor.

3. **Bruno Barros**, irmão do **Arguido**, referiu que Rúben foi funcionário até há cerca de um ano e meio. Actualmente tem uma relação de amizade com o Centro Hípico e monta esporadicamente cavalos a concursar. Em Matosinhos, montou os cavalos que lhe foram confiados, como sempre aconteceu nos últimos quatro anos.

A testemunha confirmou que houve um lapso e que não foi mudado o nome do cavalo pré-inscrito no site da FEP, junto da Comissão Organizadora. Uma vez que o cavalo adoeceu um dia antes da prova, a alteração da inscrição não podia ser feita no site da FEP, que estava bloqueado e teria de ser feita na secretaria.

Não sabe se o **Arguido** foi chamado pelo júri ou se tomou a iniciativa de retirar o cavalo. Sabe que o **Arguido** foi à tribuna do Júri com o Professor João Mota, no seguimento da prova, antes da barrage.

A testemunha confirmou que o **Arguido** leva muitos alunos a concursos e que tem cerca de 60 cavalos federados, entre os 90 que estão a seu cargo nos CHN e CHIRPC.

A testemunha referiu que o **Arguido** já entrou em diversos concursos, é organizador/ director de eventos nacionais e internacionais desde 2009 e responsável técnico dos centros hípicos CHN e CHIRPC.

4. **João António N. M. Barros**, pai do **Arguido**, referiu que o **Arguido** é director do CHN e do CHIRPC, em Esposende e em Barcelos, respectivamente. O primeiro Centro Hípico tem cerca de 50 cavalos/ 90 alunos e o segundo, cerca de 40 cavalos/ 70 alunos.

Confirmou que o cavalo “Pomar du Mesnil” se lesionou e que ia ser montado pelo cavaleiro Rúben Gomes, pelo que provavelmente se colocou outro cavalo no lugar do “Pomar du Mesnil” e se pensou trocar a inscrição, directamente no concurso, em Matosinhos. Sucede que, o **Arguido** é bastante ocupado e tinha bastantes alunos a seu cargo, pelo que, provavelmente, se esqueceu de trocar a inscrição na Secretaria.

A testemunha esteve no concurso, porém não viu a prova de Rúben Gomes.

Viu o **Arguido** a pedir para retirar o cavalo entre a prova e a barrage.

*CONSELHO DE DISCIPLINA DA
FEDERAÇÃO ESQUESTRE PORTUGUESA*

Considera que o **Arguido** e que o Rúben estavam de boa fé, pois nem havia uma quantia monetária a disputar na prova.

IV - CONCLUSÃO:

1. Do *supra* exposto, resultam provados apenas parte dos factos imputados ao **Arguido** na nota de culpa, nomeadamente que:
2. O **Arguido** inscreveu o cavaleiro Rúben Gomes no CSN-B de Matosinhos, prova organizada sob a jurisdição da Federação Equestre Portuguesa, que se realizou nos dias 08 e 09 de Junho de 2013.
3. A este concurso são aplicáveis todos os Regulamentos da Federação Equestre Portuguesa, nomeadamente, o Regulamento Geral e o Regulamento de Disciplina.
4. O cavaleiro Rúben Gomes participou na prova nº 16, designada de “Grande Prémio”.
5. Na inscrição preenchida no site da FEP pelos serviços administrativos do centro hípico do **Arguido** constava que o cavaleiro Rúben Gomes participaria na referida prova com o cavalo “Pomar du Mesnil”.
6. No decorrer do percurso realizado pelo cavaleiro na prova “Grande Prémio” os membros do júri tiveram dúvidas sobre a identidade do cavalo.
7. Pelo que, interpelaram o **Arguido** para apresentar o passaporte ou o certificado de origem do equídeo.
8. O **Arguido** não entregou nenhum dos documentos de identificação ao júri, alegando que não os tinha trazido consigo.
9. No sentido esclarecer a dúvida, a Presidente do júri solicitou ao médico veterinário presente no concurso, Dr. João Crespo, a recolha dos elementos necessários para a identificação do cavalo: resenho e leitura do chip.
10. O que foi feito, na presença do proprietário, João Miguel Barros; cavaleiro, Rúben Gomes e Presidente do Júri, Ana Maria Alves.
11. Da simples comparação do redesenho do cavalo que participou no “Grande Prémio”, com o redesenho do cavalo “Pomar do Mesnil”, é possível concluir que não são o mesmo equídeo.
12. Uma vez que, apresentam pelagem diferente e traços distintivos diferentes, nomeadamente no pescoço (vista inferior), no nariz e no chanfro.

*CONSELHO DE DISCIPLINA DA
FEDERAÇÃO ESQUESTRE PORTUGUESA*

13. Acresce que, os números do chip do cavalo “Pomar du Mesnil” e do cavalo que participou no “Grande Prémio” são diferentes, 250259700186222 e 981100000378735, respectivamente.
14. Pelo que, é possível confirmar que o cavalo que participou na prova de “Grande Prémio”, montado pelo cavaleiro Rúben Gomes não foi o cavalo “Pomar du Mesnil”.
15. O **Arguido** agiu livre, consciente e deliberadamente, bem sabendo que não podia inscrever num concurso um cavalo sem passaporte e sem licença (artigo 34º do Regulamento Geral).
16. Com o comportamento acima descrito, o **Arguido** desprestigiou o desporto equestre.
17. Pois, criou desconfiança, incertezas e perturbou o regular funcionamento e desenrolar do concurso.
18. Não ficou provado que o júri não tenha efectivado a classificação da prova e que;
19. O **Arguido** tenha pretendido criar a convicção de que estaria a inscrever o cavalo “Pomar du Mesnil”, bem sabendo que iria participar com outro cavalo, omitindo a verdadeira identidade do cavalo com que participava.
20. E forjando a inscrição na prova “Grande Prémio”.
21. Na verdade, de acordo com o depoimento das testemunhas arroladas, o **Arguido** ter-se-á confrontado com uma lesão no cavalo “Pormar du Mesnil”, pelo que o substituiu por outro cavalo, que estaria apto a participar no “Grande Prémio”.
22. Logo após, como não era possível formalizar a alteração da inscrição no site da Federação Equestre Portuguesa, ter-se-á esquecido de proceder à alteração da inscrição na secretaria do concurso, no Centro Hípico em Matosinhos.
23. Sendo que apenas se recordou do seu lapso, quando o cavaleiro Rúben Gomes já tinha concluído a primeira fase da prova “Grande Prémio”.
24. O **Arguido** actuou sob a forma negligente, descurando os mais elementares deveres de zelo, diligência e cuidado a que estava obrigado.
25. Nomeadamente, a cumprir atempadamente todas as diligências administrativas necessárias para que o cavalo que trazia a concurso pudesse participar regular e lícitamente em prova.
26. O **Arguido** não tem antecedentes disciplinares.

CONSELHO DE DISCIPLINA DA
FEDERAÇÃO ESQUESTRE PORTUGUESA

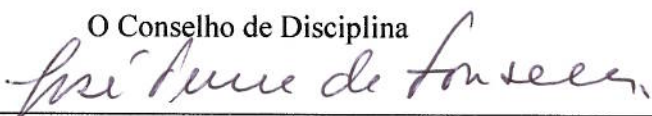
27. Assim, conclui-se que, os factos provados e imputados ao **Arguido** na nota de culpa são susceptíveis de censura disciplinar, visto que violou o disposto nos artigos 34º *ex vi* 21º nº 1 e nº 6 do Regulamento Geral pelo que se decide aplicar ao **Arguido** a pena disciplinar de multa, no valor de € 700,00 (setecentos euros), de acordo com o previsto nos artigos 8º nº 1, alínea e) e 9º nº 5 do Regulamento de Disciplina.

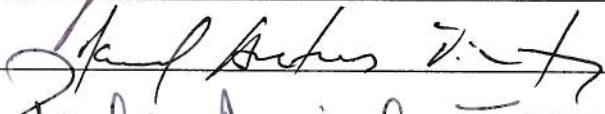
O Conselho de Disciplina decide, igualmente, condenar o **Arguido** no pagamento de € 300,00 a título de custas de instrução dos presentes autos de processo disciplinar.

De acordo com os artigos nº 8º nº 3 e 11º nº 4 e 5 do Regulamento de Disciplina, o não pagamento da multa, no prazo de 15 dias, na Tesouraria da Federação Equestre Portuguesa, implica a suspensão da prática da actividade desportiva e a suspensão das funções técnico-desportivas exercidas habitualmente durante o período de incumprimento, bem como o agravamento da mesma em 50% do seu valor.

Lisboa, 31 de Dezembro de 2013

O Conselho de Disciplina





Paula Aguiar de Fonseca